

Estado do Espírito Santo - Brasil

www.camaravni.es.gov.br - camaravni@camaravni.es.gov.br - Tel.: (28) 3546-1149 - Cel: (28) 99946-1818 CNPJ: 36.028.942/0001-25 - Av. Evandi Américo Comarela, 385 - 4ª Andar - Esplanada - Venda Nova do Imigrante/ES - CEP.: 29375-000



#### **AVISO DE DISPENSA**

#### Processo Administrativo nº 546/2025

A CÂMARA MUNICIPAL DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE – ES (CMVNI), torna pública a contratação de empresa para **veiculação de anúncios e/ou matérias institucionais em revista**, para matéria especial sobre este Município.

Interessados poderão solicitar o Termo de Referência através do endereço eletrônico compras@camaravni.es.gov.br, ou acessá-lo no Portal da Transparência da CMVNI ou no PNCP, e apresentar proposta de preços até às 16h do dia 30/05/2025. Demais esclarecimentos ligar 28 9 9946-1818, de 14h30 às 17h.

Venda Nova do Imigrante/ES, 28 de maio de 2025.

Verena Gonçalves do Nascimento

Agente de Compras



## Estado do Espírito Santo - Brasil





## TERMO DE REFERÊNCIA – LEI 14.133/21

# CONTRATAÇÃO DE ESPAÇO EM REVISTA COM CIRCULAÇÃO NO MUNICÍPIO DE VENDA NOVA DO IMIGRANTE/ES PARA A VEICULAÇÃO DE ANÚNCIOS/MATÉRIAS, EDIÇÃO A PARTIR DE MAIO DE 2025

#### Processo Administrativo nº 546/2025

O termo de referência é o documento elaborado a partir do estudo técnico preliminar realizado, contendo os elementos necessários para caracterizar o objeto da licitação com nível de precisão adequado, sendo exigível para toda contratação, independentemente da forma de seleção do fornecedor se dar por licitação, contratação direta ou por adesão à ata de registro de preços. No entanto, de acordo com a Resolução Nº 194/2024 de 27 de março de 2024 aprovada pela Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante/ES e promulgada pelo Presidente dessa Casa de Lei, nos termos do art. 18, §§ 1º e 2º da Lei Federal n.º 14.133/21, o objeto a ser contratado no atual Processo Administrativo dispensa o Estudo Técnico Preliminar, conforme art. 5º, incisos I a IV da referida Resolução. A presente contratação se dará por meio de dispensa, com base no art. 75, incisos II da Lei 14.133 de 2021.

1. DAS CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, XXIII, "a" e "i" da Lei 14.133/2021).

A presente análise tem por objeto a proposta encaminhada pela Revista *Folha da Terra*, no mês de maio de 2025, referente à veiculação de anúncios e/ou matérias institucionais na publicação intitulada *Revista Folha Nova*, edição prevista para o mês de maio do corrente ano, a qual contemplará matéria especial sobre este Município, com início de circulação previsto a partir do dia 30 de maio de 2025. O valor proposto para a inserção é de R\$ 4.687,50





#### Estado do Espírito Santo - Brasil





(quatro mil, seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) por página, conforme documento acostado às fls. 3 do referido processo.

O Presidente desta Casa Legislativa autorizou a contratação objeto dos autos, conforme se depreende do documento constante às fls. 7.

Embora a proposta de divulgação da matéria/anúncio tenha sido apresentada diretamente pela empresa **Revista Folha da Terra**, entendeu-se, à luz da análise jurídica, que a hipótese em questão enquadra-se na modalidade de **dispensa de licitação**, nos termos da legislação vigente. Com vistas à observância dos princípios da legalidade, isonomia e competitividade, procedeu-se à apuração de preços junto a outros dois fornecedores (*Revista LEIA e Conexão SAFRA*) do mesmo ramo de atividade, a fim de respaldar a escolha da proposta mais vantajosa para a Administração.

Em estrita observância ao princípio da eficiência e em consonância com a necessidade de adequado planejamento da contratação, o Setor de Compras promoveu a competente análise técnica, realizando o levantamento minucioso dos elementos indispensáveis à execução do objeto pretendido. Tal análise considerou as especificações técnicas exigidas, bem como a estimativa de consumo baseada na demanda previamente identificada.

A presente contratação justifica-se, ainda, como instrumento de efetivação dos princípios da publicidade e da transparência, que regem a atuação do Poder Legislativo, notadamente ao buscar a ampla divulgação, em nível municipal, da realização da Sessão Solene em Comemoração ao 37º Aniversário de Emancipação Política deste Município.

#### 1.1 DO OBJETO CONTRATADO

1.1.1 A presente aquisição refere-se à contratação de espaço publicitário em revista de circulação municipal, com a finalidade de viabilizar a veiculação de matérias e/ou anúncios institucionais relativos à Sessão Solene em Comemoração ao 37º Aniversário de Emancipação Política, promovida pela Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante, com previsão de publicação, em única edição, no mês de maio ou junho de 2025.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil



www.camaravni.es.gov.br - camaravni@camaravni.es.gov.br - Tel.: (28) 3546-1149 - Cel: (28) 99946-1818 CNPJ: 36.028.942/0001-25 - Av. Evandi Américo Comarela, 385 - 4ª Andar - Esplanada - Venda Nova do Imigrante/ES - CEP.: 29375-000

- 1.1.2 O prazo para publicação/veiculação das matérias contratadas será até o mês de junho de 2025, sendo o objeto deste Termo de Referência apenas para uma edição da revista.
- 1.1.3 O material a ser publicado deverá ser submetido a prévia apreciação e aprovação da Contratante
- 1.1.4 O objeto do presente Termo de Referência atenderá necessariamente as especificações a seguir:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNI.	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
				UNITÁRIO	
0001	PUBLICAÇAO INSTITUCIONAL	PÁGINA	2,00	R\$ 5.795,830	R\$ 11.591,66
	REVISTA				

## 1.2. DO CUSTO ESTIMADO DA CONTRATAÇÃO

- 1.2.1 O valor do investimento perfaz o importe de R\$ 11.591,66 (onze mil, quinhentos e noventa e um reais e sessenta e seis centavos).
- 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO (art. 6º, inciso XXIII, alínea 'b' da Lei n. 14.133/2021).
- 2.1 A Câmara Municipal, no exercício de sua função institucional e representativa, promoveu uma Sessão Solene em homenagem aos **37 anos de emancipação política do Município**, um marco histórico que celebra o desenvolvimento, a identidade e a autonomia da nossa comunidade. Essa cerimônia solene é parte das ações do Poder Legislativo voltadas à valorização da história local, ao fortalecimento do sentimento de pertencimento da população e à promoção da cidadania.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil





- 2.2 A divulgação dessa atividade por meio de matéria em revista local de ampla circulação justifica-se pela necessidade de dar visibilidade às ações da Câmara Municipal. Trata-se de uma medida de transparência institucional e valorização da memória municipal, que permite à população ter acesso às informações relevantes sobre seus representantes e sobre eventos de importância histórica e cultural.
- 2.3 Além disso, a publicação em um veículo local especializado contribui para o **registro permanente e profissional** da solenidade, com potencial de alcance significativo entre os moradores do município e da região, ampliando o engajamento cívico e promovendo a participação social.
- 2.4 A contratação visa não apenas à divulgação institucional, mas também à educação cívica e valorização dos marcos históricos da cidade. Trata-se, portanto, de um investimento na **comunicação pública responsável**, que fortalece os laços entre o Poder Legislativo e a sociedade.

#### 3. DO VALOR DA CONTRATAÇÃO E DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA

- 3.1 Será considerada vencedora a proposta que apresentar o menor valor global, desde que a empresa proponente comprove experiência prévia na execução de projetos de natureza similar ao objeto contratual, evidenciando a melhor técnica, bem como demonstre sua regularidade fiscal, trabalhista, previdenciária e comercial, e capacidade técnica e operacional para o fiel cumprimento dos prazos e demais condições estabelecidas no presente Termo.
- 3.2 A proposta de preços deverá contemplar todos os custos diretos e indiretos inerentes à execução do objeto contratual, incluindo-se, de forma expressa, tributos de qualquer natureza e demais despesas de qualquer ordem que guardem relação com a prestação do serviço ou fornecimento do bem. Não será admitida a posterior cobrança de quaisquer taxas e/ou valores adicionais ao montante ofertado na proposta. A proposta apresentada deverá possuir validade mínima de 30 (trinta) dias, contados a partir da data de sua apresentação.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil





## 4. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

- 4.1. O serviço deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total e parcial.
- 4.2 Promover os pagamentos dentro do prazo estipulado desde que sejam observadas as condições contratuais.
- 4.3. A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal do contrato, ou pelos respectivos substitutos, nos termos da Resolução nº 195/2024 da CMVNI, que regulamenta o disposto no § 3º do art. 8º da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, sobre normas e procedimentos para controle, acompanhamento, fiscalização e execução dos contratos administrativos.
- 4.4 O Fiscal Titular será exercido por servidor devidamente indicado pela unidade demandante e formalmente designado pela Administração, para acompanhar a entrega dos objetos conforme este Termo de Referência, nos termos da Resolução 195/2024 da CMVNI.
- 4.5 A fiscalização será exercida no interesse exclusivo da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES e não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por qualquer inconsistência.
- 4.6 A Administração reserva-se o direito de, sem restringir a responsabilidade da CONTRATADA, exercer a mais ampla e completa fiscalização sobre os fornecimentos.
- 4.7 Emitir ordem de serviço ou de fornecimento com todas as informações necessárias para a perfeita prestação de serviço, por intermédio do representante designado pela Câmara.

#### 5. SÃO OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

5.1 Responsabilizar-se integralmente pelo serviço contratado, não transferindo a terceiros, por qualquer forma, nem parcialmente, o contrato, nem subcontratar quaisquer das obrigações que está obrigada, sem anuência da CONTRATANTE.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil

www.camaravni.es.gov.br - camaravni@camaravni.es.gov.br - Tel.: (28) 3546-1149 - Cel: (28) 99946-1818 CNPJ: 36.028.942/0001-25 - Av. Evandi Américo Comarela, 385 - 4ª Andar - Esplanada - Venda Nova do Imigrante/ES - CEP.: 29375-000



- 5.2 Cumprir fiel e integralmente as cláusulas e condições constantes no presente Termo de Referência, de forma a assegurar a qualidade e presteza do serviço contratado.
- 5.3 Prestar os serviços contratados no prazo e local indicado, em estrita observância das especificações da proposta, acompanhado de nota fiscal constando detalhadamente as informações de contratação.
- 5.4 Manter durante toda a execução do contrato as condições de qualificação que sejam de sua competência apresentadas no processo de contratação, especialmente INSS e FGTS.
- 5.5 Responder integralmente pelas obrigações contratuais na forma disposta na Lei 14.133/2021.
- 5.6 Comunicar imediatamente à CONTRATANTE a ocorrência, no curso da execução do contrato, de eventos, fatos ou circunstancias relevantes que venham a afetar o objeto do presente, respondendo integralmente por sua eventual omissão.
- 5.7 Apresentar Nota Fiscal Eletrônica contendo a discriminação pormenorizada do(s) objeto(s) contratado(s) conforme estabelecido no termo de referência.
- 5.8 Não se utilizar ou permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 5.9 Arcar integral e exclusivamente com os ônus decorrentes de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos.
- 5.10 Quando aplicável à atividade/serviço, emitir as notas fiscais dos serviços contratados em conformidade com as regras de retenção de Imposto de Renda dispostas na Instrução Normativa RFB nº 1.234, de 11 de janeiro de 2012, alterada pela Instrução Normativa RFB nº 2.145, de 26/06/23, que estabelece a obrigatoriedade dos Municípios reterem o referido imposto nos pagamentos a pessoas jurídicas pelo fornecimento de bens ou prestação de serviços em geral, sob pena de não aceitação pelo Poder Legislativo contratante.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil





- 5.11 Executar os serviços conforme especificações, qualidade e quantidade especificados neste Termo de Referência e em sua proposta, com a alocação dos profissionais necessários ao perfeito cumprimento do objetivo do curso, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários.
- 5.12 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE.
- 5.13 Ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos
- 5.14 Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas, bem como pelos tributos que decorram direta ou indiretamente da prestação do serviço.
- 5.15 Indicar nome e telefone de preposto para comunicação e notificação, bem como esclarecimento de dúvidas de quaisquer naturezas quanto à matéria a ser divulgada.
- 5.16 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos.
- 5.17 Encaminhar a fatura/nota fiscal relativa aos serviços prestados, juntamente com Certificados Negativos de Débitos, comprovação de regularidade fiscal e trabalhista, conforme exigido pela Lei 14.133/2021.
- 5.18 Fornecer o serviço contratado com colaboradores capacitados em todos os níveis de trabalho, garantindo a competência técnica necessária para a execução das atividades.
- 5.19 Executar os serviços relacionados ao objeto contratual em estrita conformidade com as especificações estabelecidas pela CONTRATANTE, observando elevados padrões de esmero, qualidade técnica e profissionalismo, sendo obrigatória a submissão prévia da publicação à aprovação expressa e por escrito da CONTRATANTE, antes da veiculação do material ou da assunção de quaisquer despesas vinculadas à execução do contrato.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil





- 5.20 Responsabilizar-se pela adequada composição da matéria, desenvolvendo-a segundo os melhores critérios técnica e de qualidade visual, bem como publicando-a na forma e prazo indicados.
- 5.21 Comprometer-se a sanar, sem quaisquer ônus para a CONTRATANTE, eventuais falhas técnicas que venham a ocorrer durante a execução do objeto contratual, no prazo máximo de 2 (duas) horas, contadas a partir do recebimento da solicitação formalizada por meio de correio eletrônico, notificação verbal ou por escrito, conforme o caso.

## 6- QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

**6.1** – A CONTRATADA deverá comprovar a periodicidade da veiculação de publicações, através do envio à CONTRATANTE de exemplares publicados anteriormente.

#### 7. DEMONSTRATIVO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

- 7.1. Os objetivos pretendidos pela Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante/ES com a contratação em tela são:
  - 7.1.1 A veiculação de anúncios e/ou matérias institucionais em revista de circulação municipal, edição prevista para a partir do mês de maio do corrente ano.
  - 7.1.2 Dar visibilidade à Sessão Solene alusiva aos 37 anos de Emancipação Política de Venda Nova do Imigrante-ES, bem como, a valorização da memória municipal, que permite à população ter acesso às informações relevantes sobre seus representantes e sobre eventos de importância histórica e cultural.

#### 8. DAS SANÇÕES

- 8.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, a CONTRATADA que:
  - 8.1.1 Der causa à inexecução parcial do contrato.





## Estado do Espírito Santo - Brasil





- 8.1.2 Der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo.
- 8.1.3 Der causa à inexecução total do contrato.
- 8.1.4 Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado.
- 8.1.5 Apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato.
- 8.1.6 Praticar ato fraudulento na execução do contrato.
- 8.1.7 Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza.
- 8.1.8 Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 8.2. Serão aplicadas a CONTRATADA que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:
  - 8.2.1. Advertência, quando a CONTRATADA der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/21.
  - 8.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "b", "c" e "d" do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133/21.
  - 8.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas "e", "f", "g" e "h" do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas "b", "c" e "d", que justifiquem a imposição de penalidade mais grave, conforme art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/21.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil



www.camaravni.es.gov.br - camaravni@camaravni.es.gov.br - Tel.: (28) 3546-1149 - Cel: (28) 99946-1818 CNPJ: 36.028.942/0001-25 - Av. Evandi Américo Comarela, 385 - 4ª Andar - Esplanada - Venda Nova do Imigrante/ES - CEP.: 29375-000

- 8.2.4. Multa moratória de 0,5% (cinco décimo por cento) a 30% (trinta por cento) nos casos de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida.
- 8.2.5. Multa compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) a 30% (trinta por cento) pelas infrações descritas no item 8.1.
- 8.2.6. O descumprimento ou cumprimento irregular das cláusulas do contrato autoriza a Administração a promover sua extinção, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133/2021.
  - 8.2.6.1. No caso anterior, fica autorizado o CONTRATANTE realizar a rescisão contratual por culpa da CONTRATADA, convertendo-se a multa em compensatória de até 30% (trinta por cento) sobre o valor total do contrato.
- 8.2.7. Aplicam-se no contrato as multas compensatórias previstas neste Termo de Referência.
- 8.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133/21).
- 8.4. Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133/21).
  - 8.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133/21).
  - 8.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE à CONTRATADA, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133/21).





#### Estado do Espírito Santo - Brasil





- 8.4.3. Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.
- 8.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa a CONTRATADA, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133/21, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
  - 8.5.1. Na aplicação das sanções serão considerados os aspectos elencados no art. 156, §1º, da Lei nº 14.133/21.
  - 8.5.2. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).
  - 8.5.3. O CONTRATANTE deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 161, da Lei nº 14.133, de 2021).

#### 9. DOS CRITÉRIOS DE PAGAMENTO

9.1. O pagamento será realizado em parcela única, em até 10 (dez) dias úteis após a emissão da Nota Fiscal pela empesa contratada pela contraprestação do serviço prestado, juntamente com a comprovação da regularidade fiscal exigidos pelo art. 68 da Lei nº 14.133/2021. Tais documentos, depois de conferidos e visados, serão encaminhados para processamento e pagamento, após a respectiva apresentação.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil





- 9.2. Ocorrendo erros na apresentação do(s) documento(s) fiscal(is), ou outra circunstância impeditiva, o(s) mesmo(s) será(ão) devolvido(s) à empresa CONTRATADA para correção, sendo que o recebimento definitivo será suspenso, ficando estabelecido que o prazo para pagamento será contado a partir da data de apresentação do novo documento fiscal, devidamente corrigido.
- 9.3. A NOTA FISCAL ELETRÔNICA deverá conter o mesmo CNPJ e razão social apresentados quando na proposta, assim como, o número da contratação, o (s) objeto (s), os valores unitários e totais.
- 9.4. Qualquer alteração feita no contrato social, ato constitutivo ou estatuto deverá ser comunicado a Câmara Contratante, mediante documentação própria, para apreciação pela autoridade competente.
- 9.5. A Contratante poderá deduzir do pagamento importâncias que a qualquer título lhe forem devidos pela empresa CONTRATADA, em decorrência de descumprimento de suas obrigações.
- 9.6. Para a efetivação do pagamento, a CONTRATADA deverá manter as condições relativas à proposta de preço e a habilitação.
- 9.7. O pagamento referente ao valor da NOTA FISCAL ELETRÔNICA será feito por Ordem Bancária.
- 9.8 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicandose à empresa para emissão de Nota Fiscal no que concerne a parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 9.9. Quando do pagamento será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 9.10. Independentemente do percentual de tributo inserido pelo Contratado na planilha de custo, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.





#### Estado do Espírito Santo - Brasil





#### 10. PROVIDÊNCIAS PRÉVIAS AO CONTRATO

10.1. Não é necessária, no caso em tela, a adoção de providências prévias a contratação por parte da Administração ou no tocante a capacitação dos vereadores para tal finalidade.

## 11. CONTRATAÇÕES CORRELATAS/INTERDEPENDENTES

11.1 A presente aquisição/contratação não demanda qualquer contratação correlata ou interdependente.

## 12. ALINHAMENTO ENTRE A CONTRATAÇÃO E O PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL

12.1. A contratação em tela não se encontra prevista no planejamento anual de contratações implementado pela Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES.

## 13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

13.1 As despesas para atendimento da presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, definidos pelo setor contábil da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante.

#### 14. IMPACTOS AMBIENTAIS

**14.1.** Inexistem impactos ambientais diretos ou potenciais advindos da contratação pretendida, face as suas características especificas.

#### 15. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

15.1. Diante do exposto e dos dados levantados, conclui-se que a contratação pleiteada é viável ao atendimento dos interesses da Câmara Municipal de Venda Nova do Imigrante - ES e dos vereadores pleiteantes, privilegiando os princípios da eficácia e da eficiência.

Venda Nova do Imigrante/ES, 28 de maio de 2025.

#### Sara Lorenzoni Zavarize

#### Assessoria Administrativa

